

PREVIDÊNCIA JUSTA

Requisitos para mudar

Um caminho

José Cechin

Vida&Previdência

SP 23ago2016

Agenda

- **Propostas veiculadas**
- **Perspectivas**
- **Previdência Justa e sustentável**
- **Mudar: construindo viabilidade**
- **Formação da RMI – uma proposta**
- **Caminho necessário**
- **Novo modelo**

PROPOSTAS DO GOVERNO

VEICULADAS NA MIDIA

Problema e direção

'Sem ajuste na Previdência, solução é elevar imposto', afirma secretário

Justificativa: altos gastos

Somente no caso do INSS [previdência do setor privado], passaremos de uma despesa que hoje gira em torno de 8% do PIB para algo entre 17% e 18% em 2060. O nível de gasto vai subir muito e terá de ser ajustado. Se não fizer ajuste na Previdência, ou aumenta a carga tributária ou sacrifica gastos em outras áreas. É uma questão matemática, e não ideológica.

Diretrizes

Caetano aponta como um dos "nortes" na discussão da Previdência a convergência de regimes—reduzindo diferenças entre homens e mulheres, trabalhadores do setor privado e funcionalismo, sistema urbano e rural.



O secretário da Previdência, Marcelo Caetano

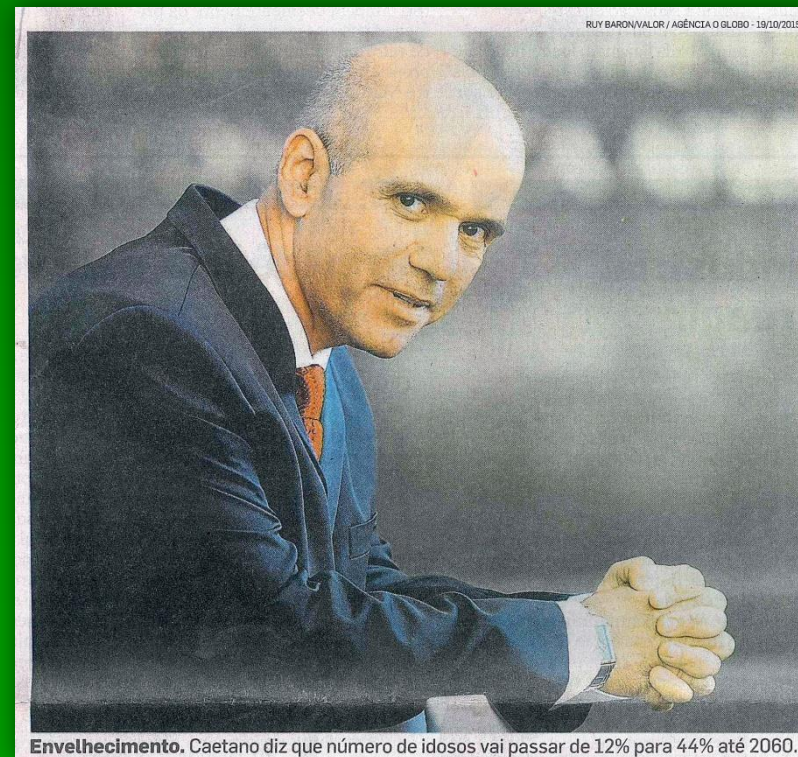
Fonte: FSP 12ago2016

Diferenças menores na Previdência
Entrevista, Correio Web, 22 ago 2016

Problema e direção

Sem mudar Previdência, será preciso aumentar impostos em 10% do PIB

O ministro antecipou três pontos que devem estar na reforma: 1) a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição (previamente estipulada em 60 e 65 anos para mulheres e homens, respectivamente); 2) um “pedágio” de 40% a mais no tempo que falta para aposentar como regra de transição; 3) a unificação de todos os regimes – da aposentadoria rural e urbana, de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, incluindo os militares. Ao mexer com a caserna, as resistências já foram endereçadas aos interlocutores do presidente.



Reforma e ajuste fiscal



ENTREVISTA
Mansueto Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

'Reforma já está praticamente pronta'

Segundo secretário, é o Congresso que vai decidir a velocidade do período de transição das regras da Previdência

Prometeo Carlos de Azeite

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse o governo já tem a reforma da Previdência praticamente pronta, mas o que falta é o Congresso decidir a velocidade do período de transição das regras da Previdência.

Na renegociação da dívida dos Estados, o governo sofreu uma derrota?
Não. O que eu notei do que se passou nesta semana é que precisamos fazer um trabalho muito mais intenso de comunicação com os congressistas. Ainda bem que o que aconteceu na Câmara não afetou em nada o ajuste fiscal, porque você tinha dois lados. Em um, limita-se as despesas primárias, que é o que importa pra gente. E, no outro, limita-se o aumento de salário real. No caso dos Estados, 70% dos gastos são despesas com pessoal.

Por que a retirada do limite ao reajuste salarial não foi uma derrota?
Porque, quando se limita o crescimento das despesas primárias correntes, automaticamente se limitam os aumentos salariais. Agora, os governadores não vão poder conceder aumentos, porque tem uma regra que limita as despesas primárias das. Vão ter de negociar com cada categoria.

Há uma preocupação com relação a algum prejuízo à PEC do teto dos gastos?
Não, porque, por enquanto, a PEC é muito dura, já que estamos num desequilíbrio fiscal grande. Por outro lado, se a PEC for aprovada, ela vai disparar um aumento de confiança no País e com vários efeitos positivos. Então, o que temos de mostrar para todos os setores da sociedade é que a PEC trará benefícios imediatos, porque não estamos cortando, em termos nominais, as despesas. Estamos cortando o crescimento. Ou seja, não vamos fazer cortes de R\$ 30 bi, R\$ 40 bi, R\$ 50 bi nas despesas. Vamos apenas controlar o crescimento.

Com que riscos vocês trabalham para a reforma da Previdência?
O governo já tem a reforma da Previdência praticamente pronta. Tem uma série de coisas que, naturalmente serão decididas no Congresso. Por exemplo, a regra de transição vai ser curta ou média? Essa vai ser uma decisão do Congresso. Mas acho que, para isso, será necessário um trabalho de explicar para a sociedade que hoje não faz sentido as pessoas se aposentarem com 48, 49, 54, 55 anos de idade. É uma idade muito baixa. Não era na década de 60, mas hoje é. A maioria dos países trabalham com idade mínima.

Há quem diga que, com teto de gastos, mas sem reforma da Previdência, não haverá ajuste. É isso?
A reforma da Previdência é uma necessidade aritmética. Vamos ter de fazer, porque, se não fizermos, teremos de aumentar a carga tributária nos próximos 30, 40 anos em quase 10 pontos do PIB.

O governo trabalha com um prazo de transição para a idade mínima?
Toda reforma de Previdência tem um período de transição. O que se debate é a velocidade desse período de transição. O governo vai propor uma regra, mas é o Congresso que vai decidir. Não pode ser uma regra muito longa. Não pode ser



Fonte: ESP, 13ago2016



Mansueto. 'Reforma é necessidade aritmética'

● Há quem diga que, com teto de gastos, mas sem reforma da Previdência, não haverá ajuste. É isso?

A reforma da Previdência é uma necessidade aritmética. Vamos ter de fazer, porque, se não fizermos, teremos de aumentar a carga tributária nos próximos 30, 40 anos em quase 10 pontos do PIB.

● Com que riscos vocês trabalham para a reforma da Previdência?

O governo já tem a reforma da Previdência praticamente pronta. Tem uma série de coisas que, naturalmente serão decididas no Congresso. Por exemplo, a regra de transição vai ser curta ou média? Essa vai ser uma decisão do Congresso. Mas acho que, para isso, será necessário um trabalho de explicar para a sociedade que hoje não faz sentido as pessoas se aposentarem com 48, 49, 54, 55 anos de idade. É uma idade muito baixa. Não era na década de 60, mas hoje é. A maioria dos países trabalham com idade mínima.

● O governo trabalha com um prazo de transição para a idade mínima?

Toda reforma de Previdência tem um período de transição. O que se debate é a velocidade desse período de transição. O governo vai propor uma regra, mas é o Congresso que vai decidir. Não pode ser uma regra muito longa.

Ideias veiculadas

- **Mesmos critérios de elegibilidade**
 - **H – M, U – R, CLT – servidor, prof. ou não (Militares?)**
- **Idade mínima (60 65) e transição**
 - **Aplica a menores de 50 com 15 de transição e pedágio**
- **Manter fator, eliminar regra (85 95)**
- **Vedar acumulação de benefícios**
- **Aumentar tempo de contribuição para Aposentadoria por Idade**
- **Desvincular benefício mínimo do SM**

Outras ideias

- **Paulo Rabelo de Castro:**
reforma profunda, com migração para modelo capitalizado
- **Hélio Zylberstajn:**
idem, mas com conversão de FGTS, PIS-PASEP, seguro desemprego
- **Y. Nakano et al.:**
acelerar progressão da fórmula (85 95)

Comentários

- **Sentido de urgência é vital**
- **Há múltiplos caminhos - escolhas**
- **Mudanças paramétricas ou novo modelo?**
- **Nas propostas, falta um critério unificador**
- **Isso porque em mudanças paramétricas, a discussão de parâmetros é interminável, inconclusiva e permeável a corporativismos**
- **Não está clara a estratégia de aprovação: confrontar necessidade técnica com possibilidade política**

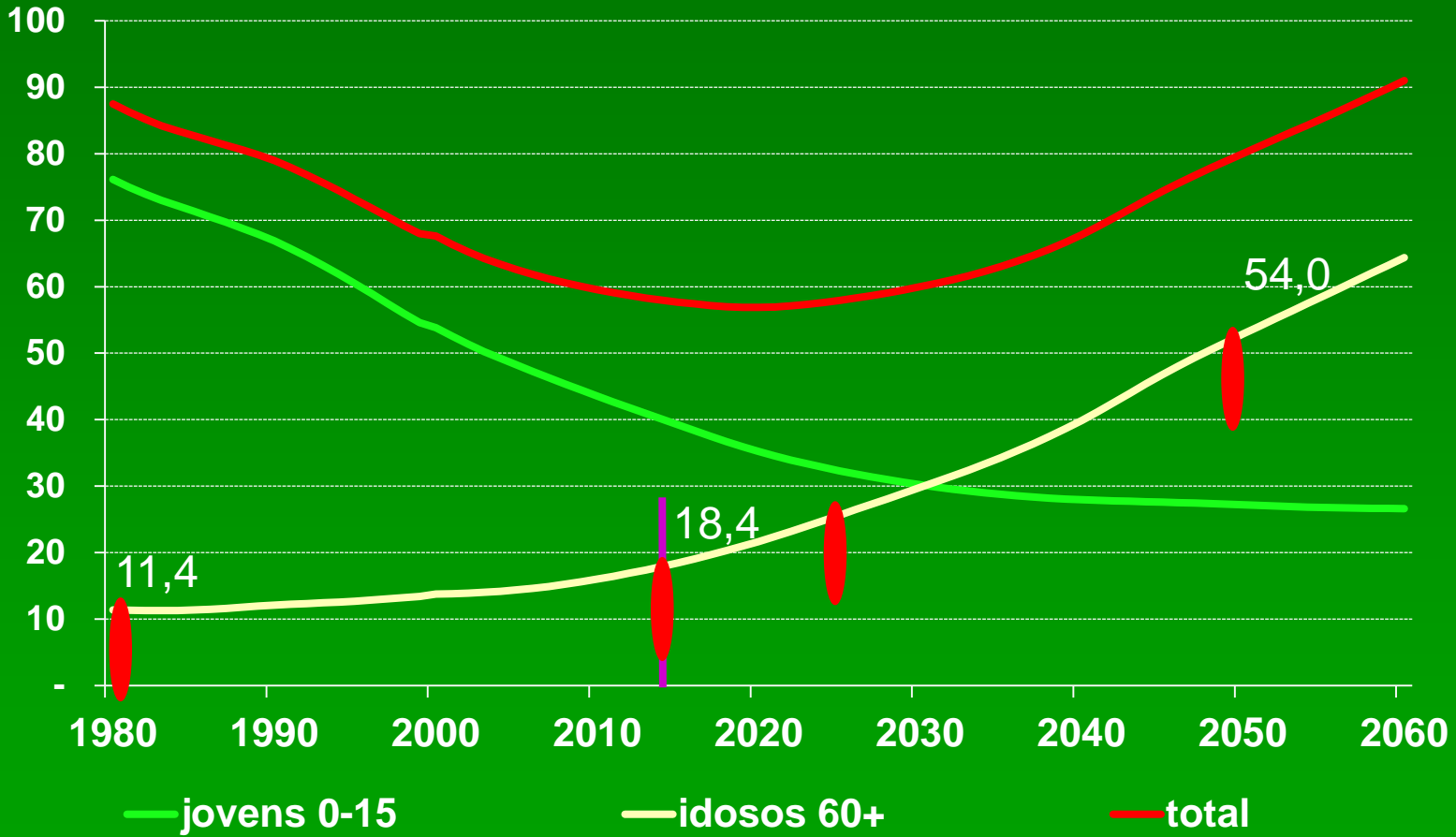
Resumo – o que falta

***Consensar critério unificador,
de aplicação universal***

Definir estratégia de aprovação

PERSPECTIVAS

Razões de dependência: Brasil 1980-2060.



Fontes: Para 1980 a 1999: IBGE - Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008. Para o período 2000 a 2060: IBGE - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

População potencialmente beneficiária

RGPS	População		Potenciais beneficiários		Beneficiários		
	Total	%60+	M55+ e H60+	%pop.	Nº Benef.	%pop.	(a)
1980	118.563	6,1	8.774	7,4	6.538	5,5	0,745

(a) Relação Benef./potenciais - caiu continuamente entre 2010 e 2015.

Fonte: Para 1980 e 1990: IBGE - Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008. Para 2000-2060: IBGE - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. Resultado do RGPS, Ministério da Previdência, várias edições.

População potencialmente beneficiária

RGPS	População		Potenciais beneficiários		Beneficiários		
	Total	%60+	M55+ e H60+	%pop.	Nº Benef.	%pop.	(a)
1980	118.563	6,1	8.774	7,4	6.538	5,5	0,745
1990	146.593	6,8	12.057	8,2	11.022	7,5	0,914

(a) Relação Benef./potenciais - caiu continuamente entre 2010 e 2015.

Fonte: Para 1980 e 1990: IBGE - Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008. Para 2000-2060: IBGE - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. Resultado do RGPS, Ministério da Previdência, várias edições.

População potencialmente beneficiária

RGPS	População		Potenciais beneficiários		Beneficiários		
	Total	%60+	M55+ e H60+	%pop.	Nº Benef.	%pop.	(a)
1980	118.563	6,1	8.774	7,4	6.538	5,5	0,745
1990	146.593	6,8	12.057	8,2	11.022	7,5	0,914
2000	173.448	8,2	17.094	9,9	17.713	10,2	1,036
2010	195.498	10,0	23.920	12,2	24.427	12,5	1,021
2015	204.451	11,7	29.062	14,2	28.276	13,8	0,973

(a) Relação Benef./potenciais - caiu continuamente entre 2010 e 2015.

Fonte: Para 1980 e 1990: IBGE - Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008. Para 2000-2060: IBGE - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. Resultado do RGPS, Ministério da Previdência, várias edições.

População potencialmente beneficiária

RGPS	População		Potenciais beneficiários		Beneficiários		
	Total	%60+	M55+ e H60+	%pop.	Nº Benef.	%pop.	(a)
1980	118.563	6,1	8.774	7,4	6.538	5,5	0,745
1990	146.593	6,8	12.057	8,2	11.022	7,5	0,914
2000	173.448	8,2	17.094	9,9	17.713	10,2	1,036
2010	195.498	10,0	23.920	12,2	24.427	12,5	1,021
2015	204.451	11,7	29.062	14,2	28.276	13,8	0,973
Projeção (impossível!!!)							
2030	223.127	18,6	48.264	21,6	48.264	21,6	1,000
2050	226.348	29,4	74.440	32,9	74.440	32,9	1,000
2060	218.174	33,7	81.392	37,3	81.392	37,3	1,000

(a) Relação Benef./potenciais - caiu continuamente entre 2010 e 2015.

Fonte: Para 1980 e 1990: IBGE - Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008. Para 2000-2060: IBGE - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. Resultado do RGPS, Ministério da Previdência, várias edições.

Por que reformar?

- **Por ser injusta e não sustentável**
- **Pelas mudanças em curso na sociedade**
 - **Autonomização**
 - **Crescente participação feminina**
 - **Envelhecimento**
- **Reduzir alíquotas e a informalidade**

**Gasto elevado e crescente
drena recursos e trava o
crescimento**

PRVIDÊNCIA

JUSTA E SUSTENTÁVEL

**Hoje a Previdência não é
justa nem sustentável**

Por que não é justa?

- **Porque há pessoas sem previdência**
- **Porque não há equivalência entre montante contribuído na vida laboral e montante recebido durante o tempo de fruição**
- **Porque há indivíduos que nada recebem mesmo tendo contribuído**

Previdência justa

**Mas por qual critério julgar
se a Previdência é justa?**

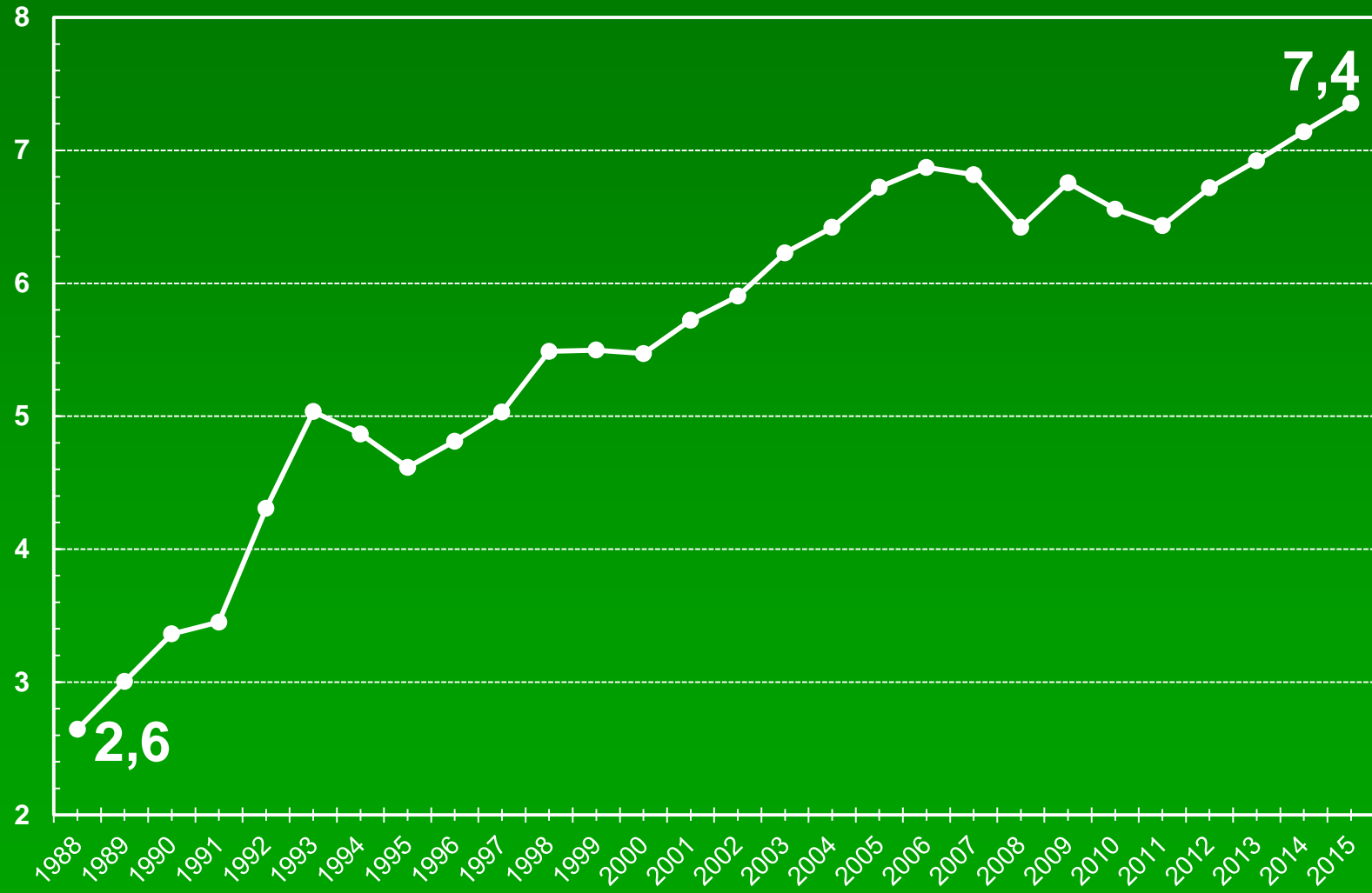
Por que não é sustentável?

- **Despesas elevadas e crescentes para população jovem que envelhece rapidamente**
- **Alto % de aposentados e pensionistas e baixa idade média**
- **Despesas com pensões muito altas, acúmulo de benefícios**
- **Crescente participação feminina**
- **Alíquotas de contribuição campeãs e informalidade**

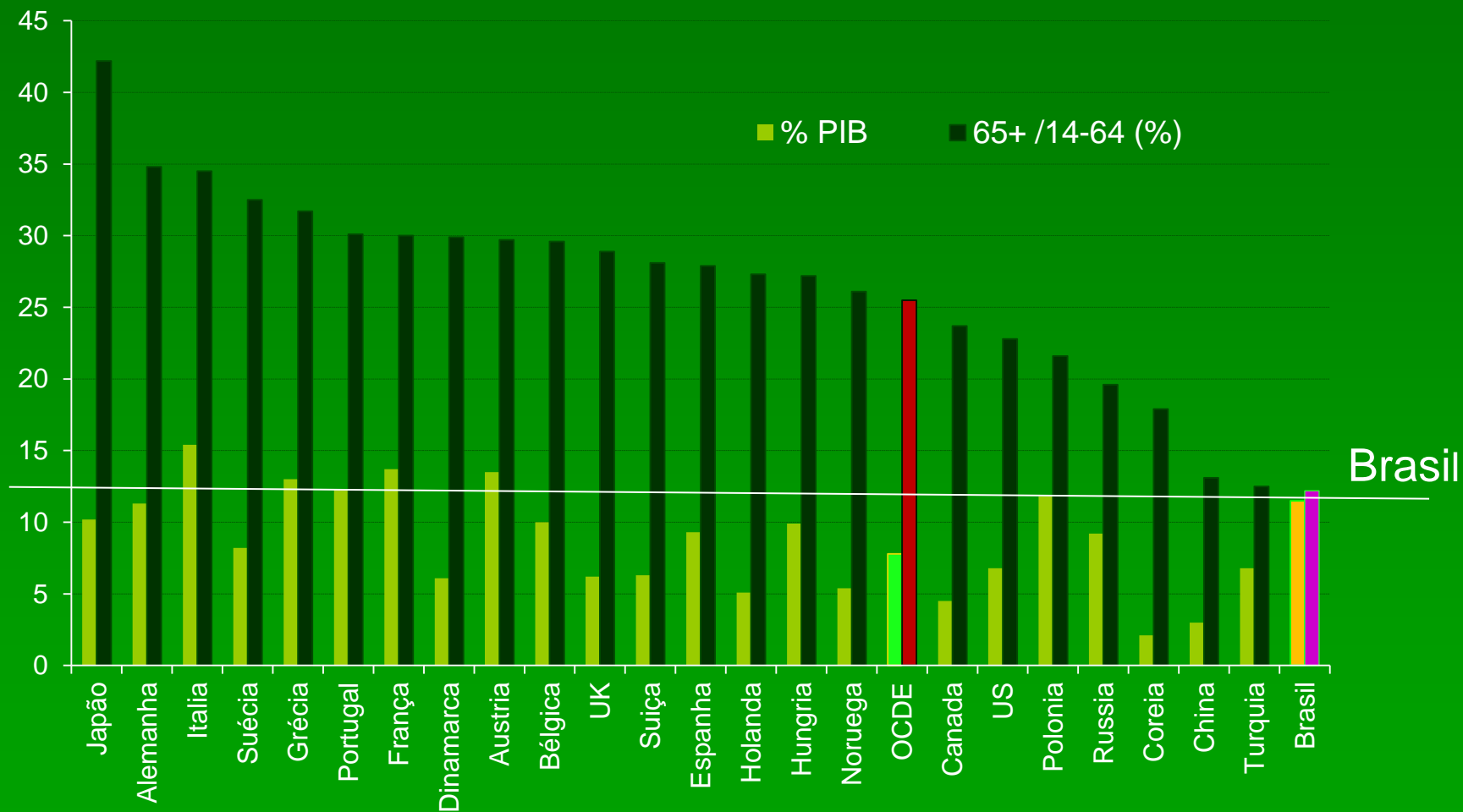
Grandes números da PS - 2015

Despesas	R\$ 683 bilhões	11,6% PIB
Nº Apos.+Pens.	29,6 milhões	14,6% pop.
Idosos (60+)	23,9 milhões	11,7% pop.
Idosos (65+)	16,1 milhões	7,9% pop.

INSS - 1988 - 2015

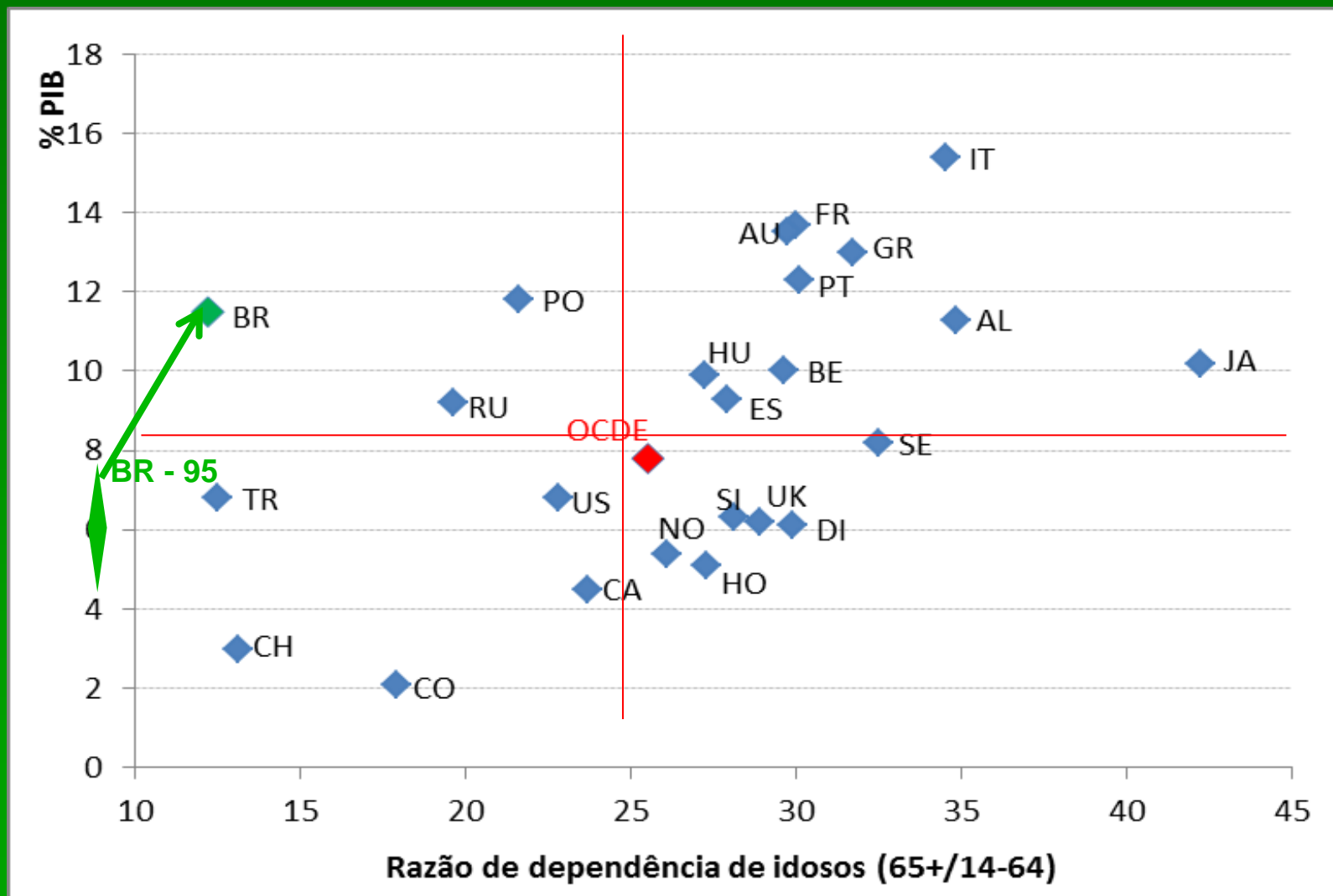


Gastos % PIB e razão dependência idosos - 2012



Fonte: OECD. *Pensions at a glance*, 2013. World Population Prospects: The 2012 Revision. IBGE - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. United Nations, Department of Economics and Social Affairs, Population Division (2013). World age group, major area, region and country, 1950-2100 (thousands).

Gastos % PIB e razão dependência idosos - 2012

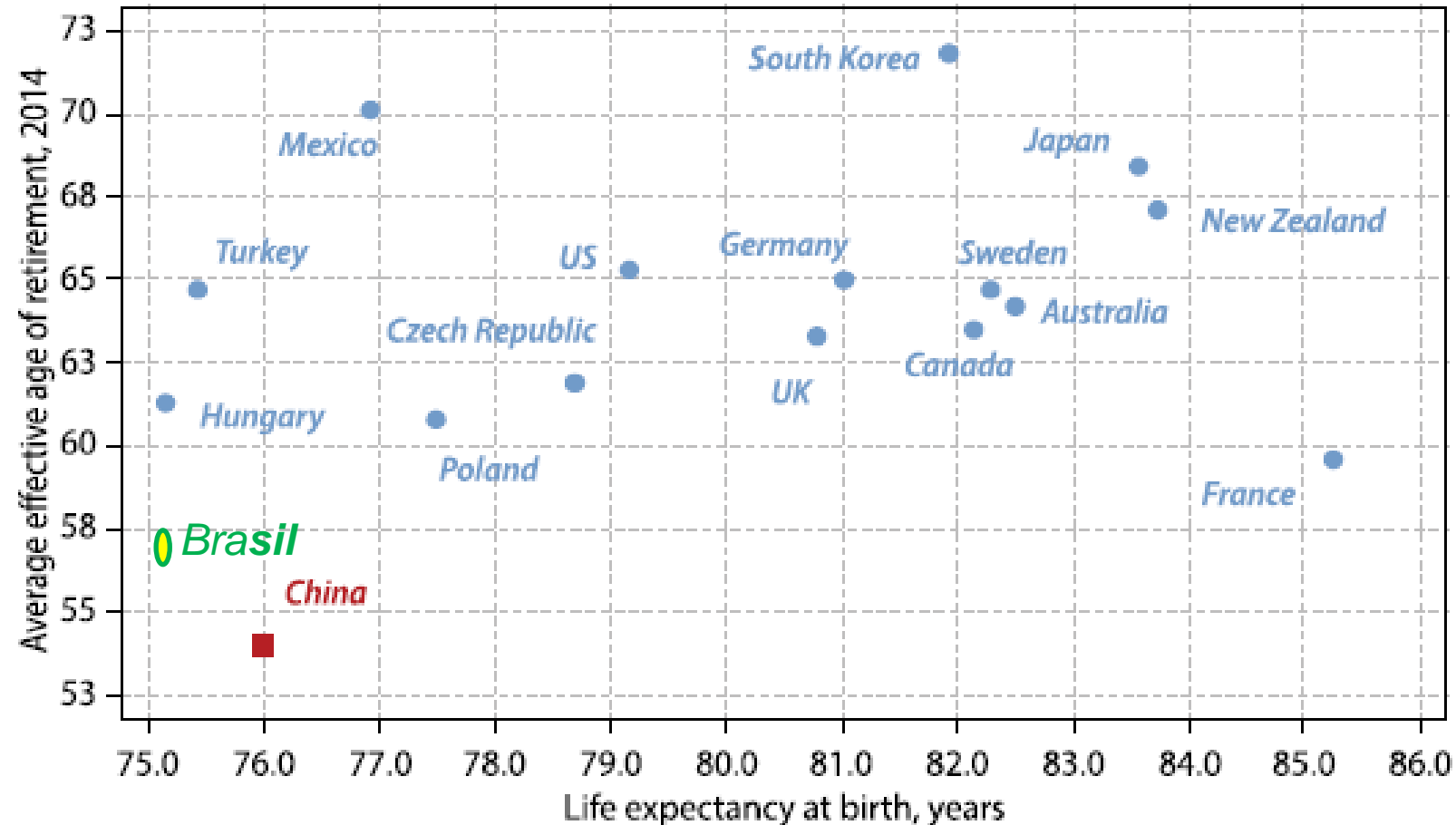


Fonte: idem.

Idade efetiva de aposentadoria - OECD

Chinese people retire very early by international standards

Average effective age of retirement, simple average of men & women



OECD, MOHRSS, Gavekal Data/Macrobond

Posição do Brasil no mundo

- **13º maior gasto em 86 países mas apenas a 56ª população mais idosa**
- **Um dos 13 países que tem Aposentadoria por Tempo de Contribuição (ATC) sem idade mínima entre 177 países**
- **Em 5 desses 13 a ATC exige que o aposentado deixe o mercado de trabalho**
- **A maioria dos países membros da OCDE elevou a idade de aposentadoria nos últimos 7 anos**

POR QUE CHEGAMOS A ESSE PONTO?

Escolhas sem fundamento atuarial

Escolhas sem fundamento atuarial

- **Rurais hoje aos (55 60) - uniformizar idades**

Idades	Redução de gasto anual
(60 65)	17 bi / ano a partir do 6º ano
(65 65)	26 bi / ano a partir do 11º ano

- **Pensões, acúmulos de benefícios**
- **Aposentadoria por idade**
- **Servidores públicos (55 60)**
- **ATC – ajustada pelo fator, mas desconstruída pela regra 85 95**

Escolhas sem fundamento atuarial

Professores do ciclo básico uniformizar TC aliviaria contas de E & M

- n° funções docentes = 2,4 milhões
- 78% no serviço público = 1.873 mil
- 80% do sexo feminino = 1.500 mil
- 50% aposentadas aos 50 anos de idade
- 90% aposentadas aos 55 anos

Professores do ciclo básico

Simulação - aposentados para 1.873 mil ativos

Idade (M H)	Expectativa de vida		Saídas = entradas	Aposentados
	Mulher	Homem		
(52 57)	30,4	22,2	70.0	2.101

Professores do ciclo básico

Simulação - aposentados para 1.873 mil ativos

Idade (M H)	Expectativa de vida		Saídas = entradas	Aposentados
	Mulher	Homem		
(52 57)	30,4	22,2	70,0	2.101
(55 60)	27,8	20,1	60,7	1.605
(60 65)	23,6	16,6	52,2	1.189
(65 65)	19,7	16,6	46,8	894

MUDAR

CONSTRUINDO VIABILIDADE

***PREVIDÊNCIA NÃO QUEBRA
MAS PODE QUEBRAR O TESOURO***

No ritmo atual quebrará o Tesouro

**Alta e crescente despesa em % do PIB
frente a qualquer comparação
internacional**

Consequências:

Iludir os indivíduos – decisões equivocadas

Inibir (amarrar) o crescimento econômico

Subtrair recursos da saúde, educação ...

Despesas não financeiras União - 2015

Despesas não-financeiras	1.050,2	100
Pag.+transf. Pessoas	783,1	74,6
Folha (com inativos)	235,8	22,5
INSS	436,1	41,5
Assistência Social	63,2	6,0
FAT:Desemp.+Abono	48,0	4,6
Custeio e Capital	267,1	25,4

Fonte: Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Anual - 1997 a 2015. Tabela 5.1. Portal da transparência - Governo Federal. Assistência Social inclui a Renda Mensal Vitalícia, os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social, a Bolsa Família e os outros dispêndios assistenciais.

Construindo viabilidade

Parlamentar não é suicida

**Não aprova proposições fortemente
rejeitadas pelos eleitores ou
sem apoio firme do Executivo**

**O desafio é obter
consentimento da população**

Obter consentimento

- **Previdência custa – quem e como paga**
- **Evidenciar que modelo atual não é sustentável**
- **Mostrar que há escolhas entre valor, idade, tempo de contribuição e alíquota**
- **Consensar como Previdência Justa aquela em que “cada qual financia a sua”**

Desfazer mitos populares

- **Mitos:**
 - equacionar com crescimento e queda dos juros
 - eliminar corrupção, fraudes e sonegação
 - cobrar dívidas
 - vedar desvios de recursos
- **Entender tendências, explicar razões, comunicar**
- **Mudar visão paternalista que reina no estado e na sociedade – estado provedor**

Resultado esperado

**Tornar o indivíduo mais bem
informado e mais
responsável por seu próprio
destino**

FORMAÇÃO DA RMI

UMA PROPOSTA

Critério para formação do valor

Cada qual financia sua aposentadoria, sem subsídios ex-ante

- **Portanto, a soma das contribuições deve equivaler à soma dos recebimentos**
- **No momento do retiro: $VPC = VPB$**
 - **VPC é conhecido, VPB é incerto**
 - **Por isso, usa-se o VPEB calculado para tempo de fruição igual à expectativa média de sobrevida (E_s)**

Etapa contributiva/laboral

- **Há situações de risco (doença, invalidez, morte) que exigem cobertura securitária (mutual e solidária)**
- **Não há riscos quanto às contribuições ou ao tempo que falta para a elegibilidade**
- **Separar cobertura para risco (securitária/solidária) daquela para aposentadoria (programável e individual)**
- **Contribuições para aposentadoria formam o capital acumulado cujo valor é bem conhecido no momento do retiro (capital escritural); não há incerteza**

Etapa de fruição

- **Resgate do capital durante o tempo de fruição**
- **Tempo individual de fruição é desconhecido, mas o médio é conhecido, e igual à Expectativa de sobrevida na idade da aposentadoria (E_s)**
- **Portanto, tratamento coletivo, solidário e mutual, usando como tempo de fruição a Expectativa de sobrevida (E_s)**
- **A RMI é calculada para tempo de fruição igual a E_s - exaure o capital escritural nesse tempo**

Fator

É isso que o fator faz

**Portanto, o benefício calculado
com base no fator é justo porque
igualava VPC ao VPEB**

Exemplo - contribuição

- **1.000 por mês constante em 35 anos**
- **Salario total em 35 anos = 445.000**
- **Total contribuído = 141.050**

Qual valor mensal justo da aposentadoria?

1.000 mensais ou dependerá do tempo de fruição e dos juros?

Exemplo anterior - soma C = 141.050

Aposentadoria pela média = **1.000**

Entr.	Ap.	Es	Benefício		
			s/ juros	c/ fator	Aos 65 c/ fator
15	50	29,99	376	582	1.532 (50 anos)
20	55	25,87	437	696	1.367 (45 anos)
25	60	21,95	514	844	1.205 (40 anos)
30	65	18,26	616	1.045	1.045 (35 anos)
35	70	14,86	753	1.320	

Fator e a regra 85 95 – a desconstrução

Mulher elegível	Idade 53	TC 30	Fator 647	Aumento
Homem elegível	56	35	722	

Fator e a regra 85 95 – a desconstrução

Mulher	Idade	TC	Fator	Aumento
elegível	53	30	647	
Adia 1 ano (85 95) (100%)	54	31	691	44,7%
Homem				
elegível	56	35	722	
Adia 2 anos (85 95) (100%)	58	37	827	20,9%

Fator e a regra 85 95 – a desconstrução

Mulher	Idade	TC	Fator	Aumento
elegível	53	30	647	
Adia 1 ano (85 95) (100%)	54	31	691	44,7%
Adia 7 para F=1 (100%)	60	37	1.026	
Homem				
elegível	56	35	722	
Adia 2 anos (85 95) (100%)	58	37	827	20,9%
Adia 5 para F=1 (100%)	61	40	1,014	

Fator e a regra 85 95 – a desconstrução

Mulher	Idade	TC	Fator	aumento
elegível	53	30	0,647	
Adia 1 ano (85 95)	54	31	0,691	44,7%
Adia 7 para F=1	60	37	1,026	
Adia 4 (90 100 em 2027)	57	34	0,842	
Homem				
elegível	56	35	0,722	
Adia 2 anos (85 95)	58	37	0,827	20,9%
Adia 5 para F=1	61	40	1,014	
Adia 5 (90 100 em 1027)	61	40	1,014	

CAMINHO NECESSÁRIO

Analisar, propor e comunicar

- **Tema tecnicamente complexo**
 - **Incertezas: doença, invalidez, tempo de vida**
 - **Fluxo de caixa e situação atuarial**
- **População precisa e é capaz de entender**
- **Comunicador experiente, em quem a população confie**
- **Só há comunicação clara, convincente e confiável se:**
 - **a proposta for lógica com critério único para todos**
 - **o comunicador estiver convencido e**
 - **tiver excelente compreensão do problema, das tendências e propostas**
- **Voz única ou uníssona do Executivo**

Como não fazer: exemplo

Mensagem da Presidente ao CN

.....

Enfatizo: a proposta que será encaminhada ao Congresso terá, como premissas, o respeito aos direitos adquiridos e levará em consideração expectativas de direitos, envolvendo, portanto, um adequado período de transição. Não queremos e não vamos retirar qualquer direito das brasileiras e dos brasileiros.

.....

Aprovamos também a regra 85-95 móvel para a Previdência, demanda dos trabalhadores e também com grande participação dos parlamentares.

.....

02/02/2016 20h18 - Atualizado em 02/02/2016 20h18 - Do G1, em Brasília

Posição do ministro da Previdência

Enquanto a Presidente anunciava sua intenção, com discussão no Fórum ...

O ministro ... Miguel Rossetto, informou ... que a principal pauta da próxima reunião do Fórum ... é o **plano de recuperação de crescimento** para o país.

Ascom MTPS / Trabalho - Publicado: 11/02/2016 17:27

FÓRUM DE DEBATES: Fórum vai debater crescimento do país e definir cronograma da Previdência

Publicado: 11/02/2016 17:27



Última modificação: 11/02/2016 17:35



Reunião do Fórum em 2015. Foto: Renato Alves/MTPS

Outra preciosidade



Carlos Gabas

“Nós temos experiência de várias outras situações e sabemos que se os trabalhadores não tiverem mobilizados as propostas que passam, claro, são contra os trabalhadores. Então, é preciso que haja mobilização e que a CUT ajude o governo na garantia e manutenção dos direitos dos trabalhadores”.

NOVO MODELO PARA NOVOS ENTRANTES

Novo modelo para novos - premissas

- **Separação completa entre Previdência e Assistência**
- **Benefícios de risco em regime mutual e solidário**
- **Benefícios programáveis em dois pilares: repartição e capitalização**
- **Benefício vitalício**
- **Valor: pelo critério antes enunciado**

Novo modelo para novos - considerações

- **Custo de transição é financiável**
- **Permite alíquotas menores**
- **Alíquota patronal em excesso à necessária para financiar o novo modelo pode ser destinada a financiar a transição enquanto esta perdurar**
- **A alíquota patronal pode ser reduzida na medida em que caia a necessidade de financiamento da transição**
- **Pode-se redirecionar o FGTS e o PIS-PASEP para o pilar capitalizado**

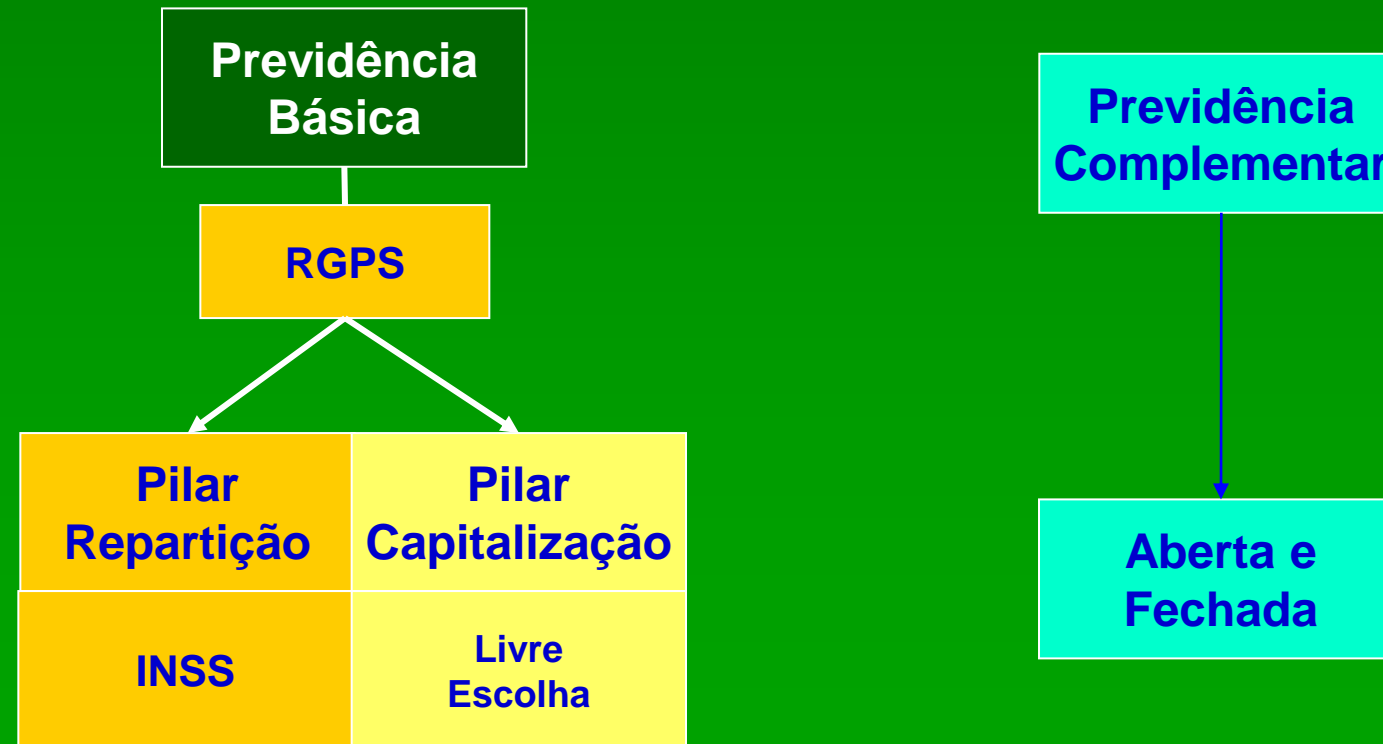
Novo modelo para novos



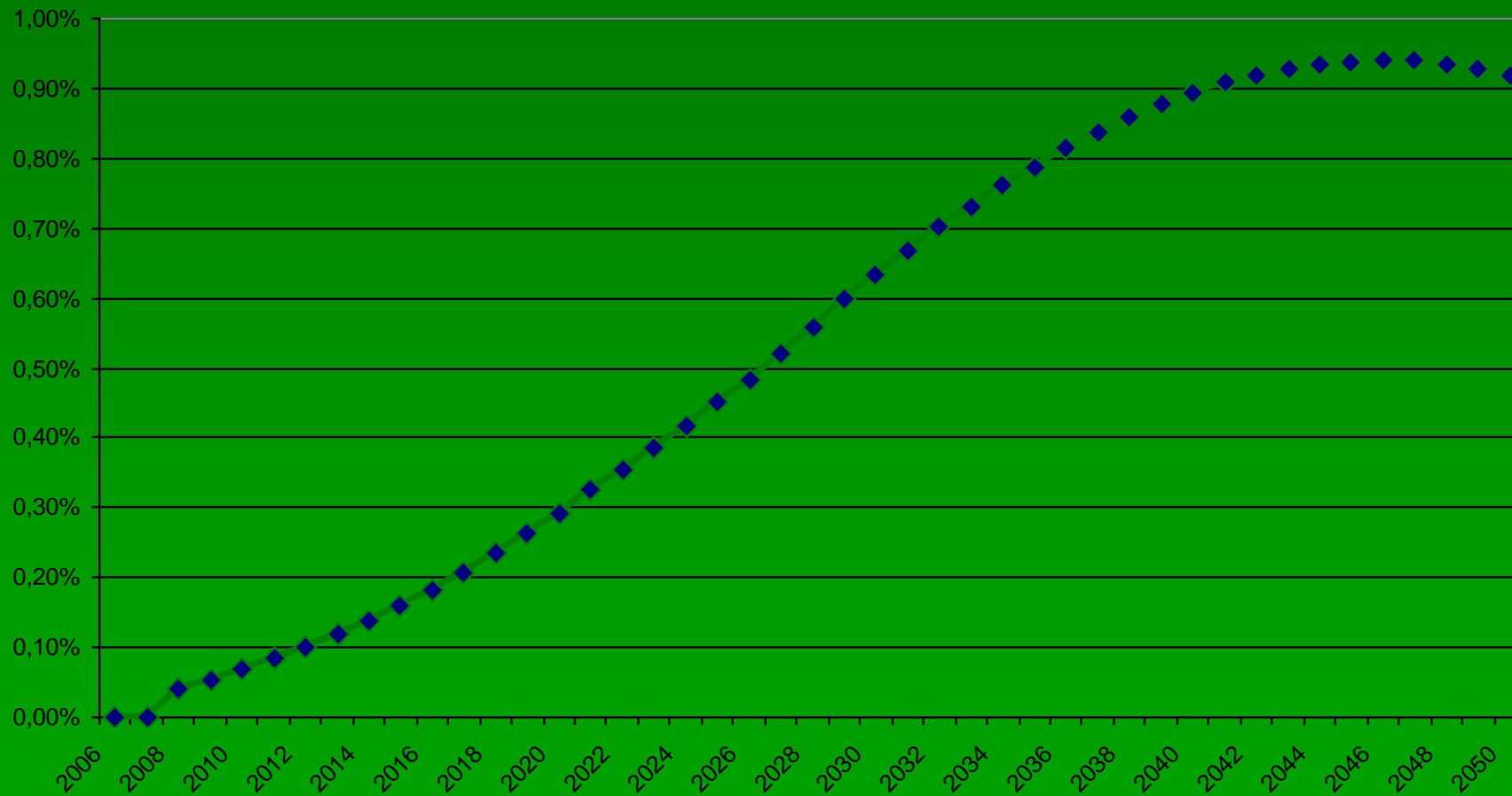
Novo modelo para novos

Programáveis: modelo de 2 pilares:

- Repartição
- Capitalização



Custo de transição



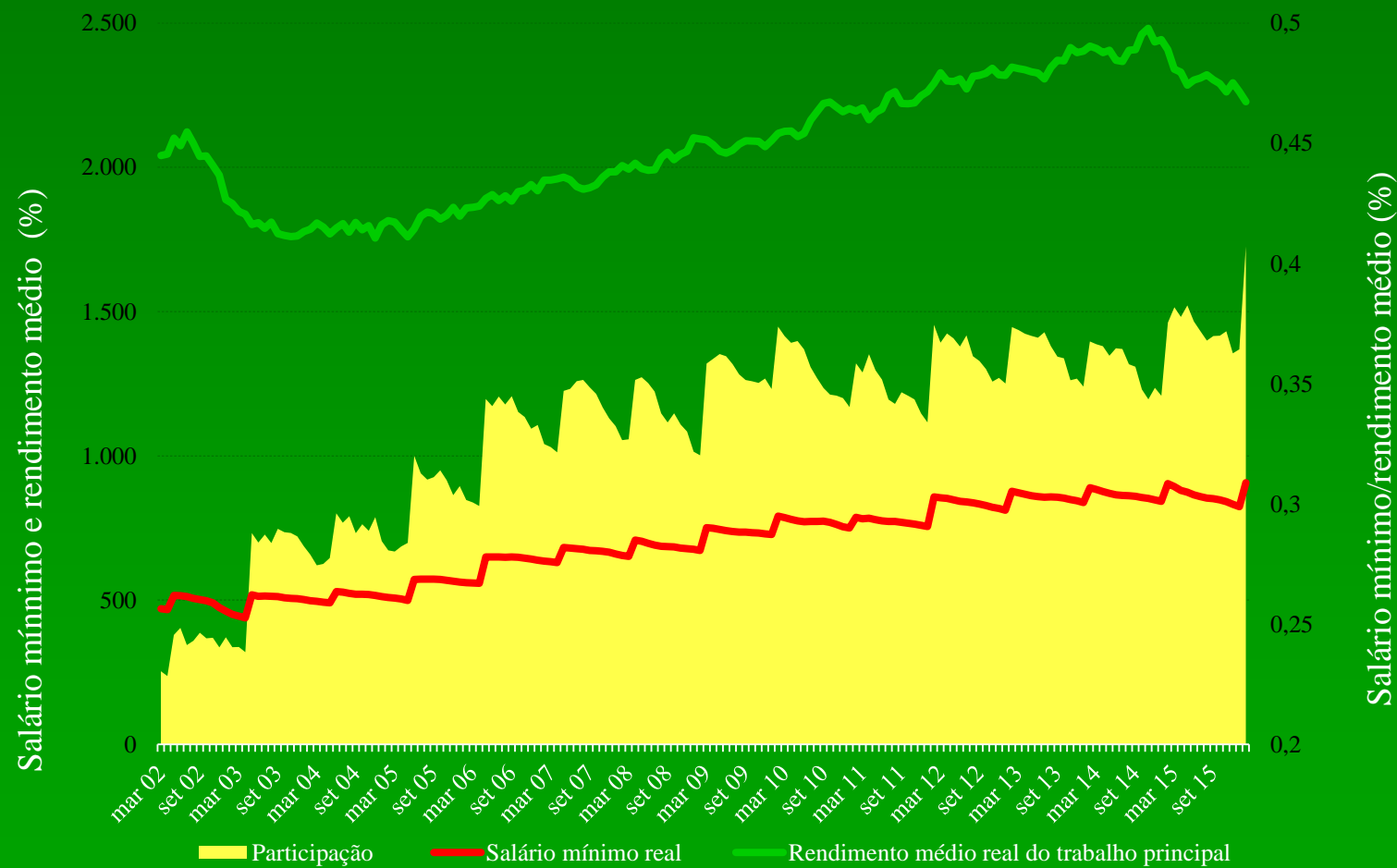
Obrigado

José Cechin

Vida&Previdência
SP 23ago2016

O PROBLEMA

Salário Mínimo era 23% da renda média em 2002 e 41% em 2016



O PROBLEMA

Salário Mínimo era 21% da renda média em 1995 e 40% em 2016

Período	Nominal		
	Salário mínimo	Renda média	Proporção %
1995	100,00	487,02	20,5
2000	151,00	711,64	21,2
2005	300,00	946,50	31,7
2010	510,00	1.421,70	35,9
2015	788,00	2.124,80	37,1
2016	880,00	2.227,50	39,5

Fonte: PME/IBGE. Posição de maio de cada ano.